REVISTA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS | ISSN: 2447-0244
v. 6, n. 2, jan-jun. 2020.
Missões

FORMAÇÃO DE PROFESSORES: HISTÓRIA, IMAGENS E MEMÓRIAS

TEACHER TRAINING: HISTORY, IMAGES AND MEMORIES

Recebido em 15/06/2020
Aceito em 08/08/2020

Francisca Rodrigues Lopes[1]
Thatielle Alves da Silva[2]

Resumo: A iconografia é uma forma de registro de determinados acontecimentos passados, já que as imagens apreendem um tempo histórico e o trazem à memória, na forma de representação de histórias, costumes e culturas. O objetivo deste artigo é apresentar parte de uma pesquisa realizada sobre a memória da formação de educadores do curso de Pedagogia da Universidade Federal do Tocantins, Campus de Tocantinópolis. A metodologia foi a de uma pesquisa iconográfica e documental no Centro da Memória da Educação, cujo acervo é composto por documentos, além de diversos objetos representativos do fazer pedagógico. A pesquisa teve como premissa a percepção de que era necessário dar voz àquele conjunto de ícones e transformá-los em documentos institucional. Ao final concluiu-se que a história da formação de educadores, ao longo de trinta anos, passou por muitas mudanças, influenciadas por diversos fatores, principalmente, pelas políticas educacionais e sociais.

Palavras-chave: História; Iconografia; Memória; Pedagogia.

Abstract: Iconography is a way of recording certain past events, since images seize a historical time and bring it to memory, in the form of representation of stories, customs and cultures. The aim of this article is to present part of a research carried out on the memory of the formation of educators of the Pedagogy course of the Federal University of Tocantins, Tocantinópolis Campus. The methodology was that of an iconographic and documentary research at the Center of The Memory of Education, whose collection is composed of documents, in addition to several objects' representative of pedagogical practice. The research was premised on the perception that it was necessary to give voice to that set of icons and turn them into institutional documents. In the end, it was concluded that the history of the formation of educators, over thirty years, underwent many changes, influenced by several factors, mainly by educational and social policies.

Keywords: History. Iconography. Memory. Pedagogy.

INTRODUÇÃO

Existem várias formas de se conhecer uma história passada. Além de documentos que registram os acontecimentos de uma época, as imagens e os objetos são preciosas fontes de memória de um determinado tempo e cultura, que podem ser utilizadas como recursos,

[1] Doutora em Comunicação e Semiótica (PUC/SP). Professora da Universidade Federal do Tocantins-UFT. E-mail: france@uft.edu.br.
[2] Graduada em Pedagogia Professora da Universidade Federal do Tocantins-UFT. Especializando em Gestão e Organização do Trabalho Escolar – UFT. E-mail: thatielle@uft.edu.br

indispensáveis, para se documentar e recontar fatos históricos às gerações futuras. Trazer à memória a história da formação de professores do Campus de Tocantinópolis e do curso de Pedagogia, requereu uma minuciosa pesquisa documental que possibilitou ouvir-se o eco de muitas narrativas, através de diferentes focos.

O Campus Universitário de Tocantinópolis tem a sua história entrelaçada à história de um antigo Centro de Formação de Professores Primários (CFPP), que fora criado na década de 1970, quando esta região, que forma o Estado do Tocantins, ainda pertencia ao Estado de Goiás. O CFPP foi criado com o objetivo de combater o grande índice de analfabetismo que sobressaia em todo o estado. Para reverter esse quadro, na educação, foram implantados Centros de formação, em pontos estratégicos, com a finalidade de formar e qualificar os professores para atuarem com mais eficiência em suas áreas de trabalho, diminuindo, assim, o índice de analfabetismo.

A falta de registro desses acontecimentos deixa uma lacuna de narrativas para a memória, apesar de os prédios, onde funcionava o CFPP, e vários objetos e imagens estarem aí para testemunharem a história. Para resgatar elementos desta história foi preciso mergulhar na leitura de imagens e escorregar pelas entrelinhas de documentos, na busca por entender o momento captado em uma fotografia ou a representação de um objeto característico de determinado momento. Como lembra Cambi:

> A memória aplicada ao passado histórico significa o reconhecimento/apropriação de todas as formas de vida (estruturas sociais e culturais, de mentalidades etc., além das tipologias do sujeito humano, seus saberes, suas linguagens, seus sentimentos etc.) que povoam aquele passado (CAMBI, 1999, p. 36).

A história do Campus de Tocantinópolis ficaria apenas na lembrança daqueles que fizeram parte dela, e desconhecida por aqueles que não foram inseridos no contexto, ou seria apenas lembrança passível de resgate, através da memória oral. Sem dúvida, muitos elementos da história se perderam ou se foram junto com as pessoas.

Porém, a partir de 2006, dois projetos no Campus buscaram resgatar e preservar essa história, através de um conjunto de ícones (documentos, objetos e fotografias) que passaram a ser preservados. Um foi o *Centro de Documentação e Memória Timbira* (CEDOC)[3], que

[3] O CEDOC foi organizado, em 2007, e além de documentos a respeito do Formação de Educadores esse espaço também guardava objetos da cultura indígena regional.

permaneceu ativo até 2012, e o outro espaço, existente até agora, recebe o nome de *Centro de Memória da Educação* (CEMED)[4].

No Centro de Memória existem muitos ícones: fotografias, relatórios, convites de formatura, catálogos, cadernos de registros, recursos de ensino etc., que permanecem arquivados, mudos e desconhecidos. A partir do contato com estes ícones passou-se a questionar se seria possível caracterizar os modelos de formação de professores, em nível superior, ofertados pelo do Campus de Tocantinópolis; e a se seria possível dar voz àqueles objetos e imagens e transformá-los em documentos institucionais.

Diante desta problemática levantou-se a hipótese de que os objetos, que constituem o acervo do Centro de Memória, são ricos instrumentos de memória viva e que, como tais, podem desempenhar um papel fundamental, não só do ponto de vista documental, como iconográfico, para se contar a história do Campus. Além disso, podem ser dados ao alcance da mão, para qualquer pesquisador que se proponha a estender o olhar sobre os diferentes vieses da história do Campus e da sua função básica que é: formar professores.

O reconhecimento do rico acervo iconográfico do Centro de Memória despertou o interesse em aprofundar conhecimentos sobre a temática e materializá-la em algo consistente. O envolvimento com a pesquisa trouxe não só conhecimentos, como encantamento pela a memória registrada a partir da iconografia, sobretudo, a fotografia, já que a fotografia – assim como outros ícones – é um recurso indispensável para se recontar fatos históricos. Para Przyblyski (2004, p. 291).

> A fotografia é uma das invenções culturais que não só acompanhou o ritmo da vida das grandes cidades no final do século XIX, como também se mostrou como instrumento capaz de registrar com perfeição os momentos importantes da história dos homens... pode ser um modo de ocupar a própria história, tornando-a visível e transformando-a em um artefato.

Deste modo, dentre os ícones, preservados e guardados no Centro de Memória, selecionou-se a fotografia como objeto da pesquisa, por concordar que "a fotografia, como a guardiã da imagem, serve como testemunha ocular de um momento transcorrido; como a presentificação de uma realidade passada, pois a fotografia transcende entre o passado e o

[4] O Centro de Memória da Educação do Campus de Tocantinópolis, iniciou-se em 2006, apenas como um espaço de preservação da memória da formação de professores dentro do Laboratório de Apoio Pedagógico Especializado (LAPES). Em 2012 ganhou espaço próprio e ofereceu subsídios à vários projetos de pesquisa e extensão. Hoje é um espaço que guarda diferentes ícones referentes a trajetória do Campus, do Curso de Pedagogia e da formação de educadores no Campus de Tocantinópolis.

presente, entre a morte e a eternidade" (LOPES, 2012, p. 2).

Este pensamento foi o alicerce que impulsionou à realização desta pesquisa, que teve como objeto a iconografia: imagens, objetos e documentos que possam recontar e testemunhar a trajetória do Campus de Tocantinópolis e do Curso de Pedagogia, em seus quase trinta anos. Ao contar essa história, optou-se por não fazê-la de forma neutra, mas fazer com que a iconografia utilizada passasse a revelar as orientações nas políticas implementadas, as crenças, as lutas, os desafios e conquistas, assim como as mudanças transcorridas.

Por ter sido uma pesquisa documental, o procedimento de coleta de dados se apoiou em objetos e fontes de informações que ainda não receberam seleção, organização, tratamento analítico e publicação. Pois, segundo Santos (1999, p. 29) uma pesquisa documental recolhe seus dados em fontes documentais, como "tabelas estatísticas, relatórios de empresas, documentos informativos arquivados em repartições públicas, associações, igrejas, hospitais, sindicatos; fotografias, epitáfios, obras originais de qualquer natureza, correspondência pessoal ou comercial etc.".

Esta pesquisa se utilizou de diferentes materiais para fonte de dados, como fotografias, documentos e objetos que revelam a história do Campus, do Curso de Pedagogia e da formação de educadores a partir do Campus de Tocantinópolis. O método utilizado para análise dos dados foi dedutivo, através da leitura de fotografias e de outros objetos que mostram a realização de atividades de ensino, pesquisa e extensão como: documentos, fotografias analógicas, arquivos fílmicos, convites de formatura, álbuns, livros, cadernos, trabalhos acadêmicos, relatórios de estágio, recursos materiais e tecnológicos utilizados pelos professores em atividades etc.

Buscar em imagens, objetos e documentos a memória da formação de educadores no Campus de Tocantinópolis ajudou a revelar, também, as concepções que orientavam as políticas implementadas, as crenças, as lutas, desafios e conquistas, as mudanças transcorridas e as personagens da história. Isto porque "uma instituição escolar não é um ambiente à parte. (...) é uma instituição contextualizada, isto é, sua realidade, seus valores e sua configuração variam segundo as condições histórico-sociais que a envolvem no tempo, determinante e determinado" (CUNHA, 1995, p. 24).

A ICONOGRAFIA COMO REGISTRO HISTÓRICO

A iconografia é um meio muito antigo de expressão e comunicação artística. Desde os

tempos mais remotos os homens buscavam formas de registrar as suas ações e costumes, como uma maneira de documento e memória para as gerações vindouras. E isso transformou-se em cultura. Para isso fazia rabiscos, guardava objeto e faziam desenhos e pinturas, e esses ícones foram chamados de iconografia.

De acordo com o Dicionário HOUAISS 2009, Iconografia quer dizer; *s.f.* ICON 1. *Estudo descritivo da representação visual de símbolos e imagens, sem levar em conta o valor estético que possam ter 2. Repertório de imagens próprio de uma obra, gênero de arte, artística ou período artístico. 3. Material pictórico relacionado a ou que ilustra um tema.* (...). Para o Dicionário de Sinônimos *on-line* (2011), o sinônimo de Iconografia é Arte de representar por imagens: como coleção de retratos, conjunto de ilustrações, grupo de ilustradores, material pictórico, repertório de imagens.

Observa-se, nas referências utilizadas, que a iconografia trata de representações por meio de imagens e ícones, ou seja, imagens e representações de símbolos, portanto, a iconografia consiste no uso adequado de ícones. Uma vez que ícone significa imagem, a fotografia é um ícone e, no universo iconográfico, foi o principal ícone utilizado nesta pesquisa.

A base da iconografia é a representação de imagens. Portanto, seu surgimento está ligado aos primórdios do cristianismo onde as pessoas tinham uma grande admiração e devoção às imagens da igreja, imagens religiosas. A iconografia é considerada uma vocação e um ministério da Igreja, e seus frutos colaboram para a evangelização através da imagem, conforme Petry:

> O culto das santas imagens inicia-se no decorrer do século V, segundo nos mostra Danielou e Marrou, e experimenta um brusco impulso no século VI, durante e após Justino II (565-578), no Império Bizantino. Desde suas origens, segundo os mesmos Danielou e Marrou "a arte cristã havia desenvolvido uma iconografia religiosa e havia representado tipos ou cenas tomadas de empréstimo à Sagrada Escritura para seus muros e monumentos" (PETRY, 2012, p. 1).

A iconografia se desenvolveu a partir da arte cristã que, através de imagens, retratava Jesus Cristo em cenas da Sagrada Escritura, a Virgem Maria e os santos homens, e utilizando as a iconografia, a Igreja transmitia sua mensagem ao povo simples, que não tinha contato com os textos escritos. As imagens foi e é uma forma do povo saber das mensagens de Deus. Segundo o artista Sergio Prata a Iconografia é:

> A arte de copiar imagens sacras, com traçados característicos desta arte e com suas técnicas específicas. Seguindo esta lógica, um iconógrafo não é um criador de imagens sacras. O iconógrafo não é mais do que um copista, que tem a intenção de levar até sua geração as imagens tradicionais de representação do mundo divino, seguindo os cânones da Igreja (PRATA, 2017, p. 1).

O termo iconografia, remete, portanto, a todas as imagens que irão compor a carreira de um artista, pode-se usar a palavra icnografia sempre que se pretender fazer referência a alguma coisa relativa a um conjunto de imagens. Por exemplo, uma coleção de fotos, uma coleção de gravuras, as pinturas e esculturas, constituem iconografias.

Neste sentido, foi que esta pesquisa se baseou, em todos os arquivos relacionados às imagens encontrados no Centro de Memória da Educação, tais como: fotografias, recortes de jornais, documentos, boletins informativos, objetos etc., para contar a história da formação de professores realizada pelo Campus de Tocantinópolis e do curso de Pedagogia. Entretanto, foi a fotografia que, de forma singular, proporcionou a composição de uma narrativa cheia de significados.

Segundo Lopes (2015) a partir da Revolução Industrial, na segunda metade do século XIX, constata-se que houve um enorme desenvolvimento das ciências, surgindo, naquele processo de transformação política, econômica e sociocultural, uma série de inventos que viriam a entusiasmar a sociedade oitocentista e alterar decisivamente os rumos do que se conhecia por história moderna.

> Um destes inventos, a fotografia, que teria papel fundamental neste contexto, enquanto possibilidade de informação e conhecimento e, também, instrumento de apoio à pesquisa nos diferentes campos da ciência, incluindo o campo da arte, ou seja, para os desenhistas e pintores desta época, que a utilizavam como ferramenta de apoio para observação das vistas e paisagens (LOPES, 2015, p. 304).

Ainda, segundo Lopes, (2015, p. 305) a fotografia também era analisada como forma de expressão artística, pois, no início, antes de existirem as técnicas fotográficas, os retratos das pessoas eram feitos por pintores e estes, gradativamente, foram sendo substituídos pelas "*carte-de-visite*". A autora explica – em nota de rodapé – que a carte de visite, nada mais era que uma fotografia copiada em papel (em geral albuminado) e colada sobre um cartão-suporte, no formato de um cartão de visitas [...] foi basicamente utilizada para o retrato, e ganhou enorme difusão em todo o mundo.

O século XX foi marcado pelo desenvolvimento de tecnologias e ideias que levaram à maior compreensão da imagem e de sua importância, não só como meio de comunicação, mas

como instrumento eficiente para as tarefas de ensino e de pesquisa. De acordo com Kossoy (*Apud* FERREIRA; BONI, 2011, p. 113) "Graças aos avanços técnicos da indústria gráfica e à possibilidade de reprodução de fotografias, os meios de comunicação passaram a multiplicar massivamente imagens a partir do século XX".

Desse modo, a fotografia passou a fazer parte da vida das pessoas, pois, com os veículos de comunicação de massa, a imagem transformou-se em informação e conhecimento. A imagem, na história, foi, e ainda é, um dos principais mecanismos de comunicação entre os homens, pois ela tem o poder de vivenciar e transmitir os momentos do passado. Por isso, desde o seu surgimento, a fotografia é vista como testemunho da verdade e como prova documental, graças aos seus aspectos que garantem retratar os fatos da forma que eles se parecem. Essa natureza da fotografia gerou um status de credibilidade que, usado por diferentes ideologias, a torna um poderoso instrumento para veiculação de ideias.

De acordo com Hoffmann (2011, p. 203), com a fotografia, as possibilidades de capturar o "fragmento" da realidade e a sensação de controlá-la se alargaram. Citando Kossoy (2005), para quem a "fotografia *é* memória e com ela se confunde", acrescenta que a imagem fotográfica tem o poder de trazer as lembranças, sentimentos e histórias do passado, sendo uma importante ferramenta de pesquisa para recuperar a memória passada, e que permite descobrir, analisar e interpretar a vida histórica

> Quando olhamos uma fotografia, não é ela que vemos, mas sim outras que se desencadeiam na memória, despertadas por aquela que se tem diante dos olhos. [...] As fotografias poderiam ser comparadas a imagens armazenadas na memória, enquanto as imagens lembradas são resíduos substituíveis de experiências contínuas. Em muitos casos, lembranças das fotografias substituem lembranças de pessoas ou acontecimentos, que são mutáveis, enquanto a fotografia fixa pode ser revista muitas vezes (LEITE, 2005, p.145 *Apud* HOFFMANN 2011, p. 203).

A fotografia é uma fonte que contribui, também, para o melhor entendimento das formas por meio das quais, no passado, as pessoas representaram sua história, individual ou coletivamente. Através da fotografia pode-se entender a realidade retratada, e suas realidades daquele momento, seja no passado ou no presente. Lissovsky (A*pud* ALENCAR, 2011, p. 02), sobre a utilização da imagem como fonte histórica, enfatiza que "o sujeito, quando olha a fotografia, estabelece uma ponte entre aquele momento e o espaço que está na imagem e o momento em que ele está vivendo".

Ao se olhar uma fotografia, vê-se necessariamente o que está inscrito, mas também o que está por trás daquele momento intacto. A mente interpreta todos os acontecimentos na

imagem pelo processo de similaridade, ou seja, eles são para nós o que representam no nosso repertório.

> As fotografias atualmente são entendidas como um vestígio para ajudar a construir a história, sendo um fragmento do passado gravado. São a perpetuação de um momento, de memórias individuais e coletivas, de costumes, de fatos sociais. Assim, é possível construir conhecimento histórico por meio de fotografias (ALVES, 2011, p. 196).

Ao olhar uma fotografia de determinada época, o indivíduo não vê apenas o lugar fotografado. Uma série de outros dados lhe vem à mente e informações se desencadeiam, como detalhes vivenciados e relações com o que foi fotografado. Memórias individuais vêm à tona. "Embora os textos também ofereçam indícios valiosos, imagens constituem-se no melhor guia para o poder de representações visuais na vida religiosa e política de culturas passadas." (BURKE, 2004, p. 17 *Apud* ALVES, 2011, p. 174).

Quando se olha uma imagem, tem-se a tendência de (re)criar a imagem por meio de um conteúdo vivenciado, um conteúdo paralelo. Relaciona-se as imagens por meio de associações e de seu repertório imagético, o que possibilita a compreensão do conteúdo, pois, como diz Hoffmann (2011):

> Através da fotografia aprendemos, recordamos, e sempre criamos novas realidades. Imagens técnicas e imagens mentais interagem entre si e fluem ininterruptamente num fascinante processo de criação/construção de realidade – e de ficções. São essas as viagens da mente: nossos 'filmes' individuais, nossos sonhos, nossos segredos. Tal é a dinâmica fascinante da fotografia, que as pessoas, em geral, julgam estáticas. Através da fotografia dialogamos com o passado, somos os interlocutores das memórias silenciosas que elas mantêm em suspensão. (KOSSOY, 2007 *Apud* HOFFMANN, 2011, p. 207).

De acordo ainda com a autora (Op. Cit.), para o pesquisador, a fotografia tem diferentes realidades: a primeira, do documento fotográfico, e a segunda, criada no momento de sua interpretação. "O uso da fotografia como fonte de pesquisa e documento histórico se torna possível graças à particularidade que oferece, por ser uma mídia que reconstitui cenários, e possibilita rever detalhes e situações da história." (SATO, 2010, p. 13 *Apud* BONI; PINHEIRO, 2011, p. 235).

A partir desta reflexão, considera-se a fotografia como meio fundamental na construção da imagem do sujeito e como memória para representar os fatos históricos do passado. Dado os diferentes usos e funções que lhe foram atribuídos ao longo do tempo, a fotografia é, a primeira forma de reconhecimento do sujeito diante do outro. A fotografia é

espelho do real, documento e atestado de uma existência. Por isso, foi a ela, mais que aos outros ícones, encontrados no Centro de Memória, que se recorreu na busca de elementos narrativos que compunham a história do Campus de Tocantinópolis e sua trajetória como formador de professores.

O CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS: Breve história

A cidade de Tocantinópolis é a segunda maior cidade da chamada região do Bico do Papagaio, localizada no extremo norte do estado do Tocantins, limitando-se aos estados do Maranhão e do Pará, pelos rios Tocantins e Araguaia. Essa região, com uma população estimada em 220 mil habitantes, é composta por 25 municípios, e apresenta um dos mais baixos indicadores socioeconômicos e desempenho educacional do estado, considerando o índice de analfabetismo entre adultos e crianças em fase escolar, a distorção idade/série, tanto para os anos iniciais do ensino fundamental quanto para os anos finais.

No que se refere ao ensino superior, existe, em apenas três municípios, a presença de faculdades, universidades e institutos de educação, sendo três instituições públicas e duas instituições particulares. Ao todo são oferecidos 14 cursos diferentes, nas áreas das ciências humanas, sociais aplicadas e da terra. Porém, a grande maioria são cursos de licenciatura para a formação de educadores, como, são, por exemplo, todos os cursos ofertados no Campus de Tocantinópolis, que é o único município com a presença da Universidade Federal do Tocantins.

O Campus de Tocantinópolis tomou o lugar, deu continuidade e ampliou a história de duas outras instituições, também voltadas para a função de formar e qualificar profissionais da educação que, desde a década de 1970, fizeram da cidade de Tocantinópolis uma referência. Imagens mostram que o antigo CFPP era formado por conjunto de prédios, cada um com finalidades específicas como: Salas de aulas, setores administrativos, salas de professores, alojamentos – já que o regime era de internato –, refeitório, biblioteca e espaço para o lazer. A construção desse conjunto de prédios se deu durante a década de 1960, mas suas atividades tiveram início no ano de 1971.

É importante destacar que a cidade de Tocantinópolis, como a sede do CFPP, era um ponto estratégico, pois era a maior cidade da região do Bico do Papagaio, naquela época ainda pertencente à Goiás

A implantação do Centro de Formação em Tocantinópolis, no ano 1971, cidade

> situada no extremo Norte do Estado de Goiás representou um marco histórico para a região, uma vez que a expressiva distância entre o extremo Norte e a capital do Estado dificultava o acesso às reformas educacionais, sobretudo na conhecida região do Bico do Papagaio, marcada historicamente pelos elevados índices de analfabetismo e carência nas estruturas sociais básicas [...] (PADOVAN, 2005, p. 47).

Ainda, segundo a autora, o CFPP, em seu período de funcionamento (1971-1991), formou 1.378 alunos-professores, provenientes de outros estados do Norte e Nordeste, além dos oriundos do Estado de Goiás, e posteriormente, do Tocantins. "As modalidades oferecidas constituíam em habilitação do Magistério, em nível de 2º grau para professores leigos; a capacitação para estudos de 1º grau, para os professores que não possuíam o ensino fundamental e os estudos adicionais realizados de forma parcelada que funcionavam como extensão e aperfeiçoamento do magistério". (PADOVAN, 2005, p. 47).

Com a criação do Estado do Tocantins (1988) e da Universidade do Tocantins (Unitins), em 1990, bem como as novas exigências legais para a formação de professores primários em nível superior, fez com que o Centro de Formação de Professores Primários passasse por uma série de modificações em sua função e finalidade. Primeiramente, o espaço físico deixou de pertencer ao estado de Goiás, em seguida, deixou de formar professores em magistério de nível médio e, depois, abrigou, em sua estrutura, a Universidade do Tocantins que iniciou suas atividades no ano de 1991 e, mais tarde (2002), essa mesma estrutura transforma-se em um Campus da Universidade Federal do Tocantins – UFT.

O Campus Universitário de Tocantinópolis foi criado juntamente com a Fundação Universidade do Tocantins pelo o decreto estadual n° 252/90, de 21 de fevereiro de 1990. A Medida Provisória n° 3, de 26 de janeiro de 1990 se transforma na Lei n° 136 de 21 de fevereiro de 1990, a qual Institui a Fundação Universidade do Tocantins. Embora sendo uma fundação pública de direito privado, possuía recursos financeiros previstos no orçamento estadual e não cobrava mensalidade dos seus estudantes. A Unitins, estruturou-se, inicialmente, em três Centros Universitários, sendo um deles o de Tocantinópolis.

O Centro de Extensão (Campus) de Tocantinópolis, como já mencionado, foi instalado em alguns dos prédios do antigo Centro de Formação de Professores Primário (CFPP) que, por ter encerrado as suas atividades de formação de professores no curso Normal de nível médio, cedeu parte de sua estrutura física e mobiliária para a Universidade do Tocantins no ano de 1990. No ano seguinte, os Centros de extensão, já instalados, passaram a implementar os cursos de Pedagogia para a formação de professores de nível superior, com habilitação para

lecionar nos anos iniciais do ensino fundamental (primeiro grau – nomenclatura da época) e nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Normal (magistério de nível médio).

De acordo com Araújo (2017) a UNITINS passou por várias alterações em sua forma de oferta de ensino e modelo de gestão, o que gerava muita instabilidade e exigia um contínuo movimento de lutas por parte dos seus usuários, ora contra a privatização, ora contra de ameaças de fechamento de campus, ora pela necessidade de professores etc. No tocante ao Campus de Tocantinópolis, vale destacar o Fórum de lutas em defesa da permanência deste, em 1999, já que havia a ameaça premente do fechamento de alguns *campi*, incluindo este.

Em meio a constantes movimentos estruturais e legislativos, e buscando atender as inovações na legislação educacional, a Universidade do Tocantins foi sofrendo mudanças em seu modelo, de modo que, a partir de 1999, o Campus de Tocantinópolis, passou à condição de Centro de Formação de Profissionais da Educação (CEFOPE). Agora a função era a formação continuada de professores e a oferta do curso Normal Superior, que era uma inovação nas Diretrizes Curriculares Nacionais de 1999.

O movimento pela federalização da Unitins, iniciado em 2000, tinha como objetivo a criação de uma Universidade Federal no Tocantins, e se desenvolveu a partir de fatores como: a cobrança de mensalidade, por parte da Unitins, uma vez que se constituía como de direito privado. O custo da mensalidade era muito elevado para aqueles que buscavam uma formação de nível superior.

> Diante desse contexto, marcado por insatisfação e reivindicações por uma universidade pública e gratuita, materializadas por manifestações principalmente por parte do corpo discente, a busca por esse objetivo foi ganhando força e constituindo bandeira de luta de entidades estudantis, como o Diretório Central dos Estudantes (D.C.E) e Centro Acadêmico (C.A). Contando ainda, com populares que apoiavam e junto com os líderes do movimento constituíram um processo com proporções estadual (GOMES, *et al.* 2016, p. 11-12).

A aprovação da Lei n° 1.126/2000, de 1 de fevereiro de 2000 trouxe uma esperança, conforme destaca o (Art. 17.) "É extinta a obrigação do Estado de co-manter a Unitins, podendo, entretanto, apoiá-la financeiramente". Esse dispositivo despertou os estudantes, com o apoio de várias organizações, para a criação do Movimento Estudantil "Sos Unitins". Onde reivindicavam uma universidade gratuita e de qualidade. Como destaca Araújo:

> [...] com a extinção da obrigação de o Estado manter a educação superior na única universidade pública no Tocantins, criou-se grande sensibilização nos universitários, secundaristas, pais de estudantes e na população em geral, os quais apoiaram amplamente um movimento dos estudantes da UNITINS de "SOS UNITINS" (ARAÚJO, 2017, p. 223).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento do Campus (PDC, 2016-2020), no mês de outubro de 2000, a Fundação Universidade Federal do Tocantins (UFT) foi instituída pela Lei 10.032, de 23 de outubro de 2000, vinculada ao Ministério da Educação, como uma entidade pública destinada à promoção do ensino, pesquisa e extensão, dotada de autonomia didático-cientifico, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, em consonância com a legislação vigente. Embora tenha sido criada em 2000, a UFT iniciou oficialmente suas atividades somente a partir de maio de 2003, com a posse dos primeiros professores efetivos e a transferência dos cursos de graduação regulares, da Universidade do Tocantins, mantida pelo o Estado do Tocantins, para a Universidade Federal do Tocantins.

Instalada a Universidade Federal do Tocantins, e dadas as condições estruturais para seu funcionamento, inicia-se a discussão sobre a oferta de novos cursos e mais vagas, assim como a necessidade de reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos de Pedagogia existentes. No Campus de Tocantinópolis eram os cursos de Pedagogia, que formava o professor pesquisador, e o Curso de Normal Superior, que formava o professor para atuar na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamenta. No ano seguinte, houve a fusão desses dois cursos, passando a ser Pedagogia que formava para ambas as habilitações.

Outros cursos de formação de professores foram sendo criados. Em 2006 foi implantado o curso de licenciatura em Ciências Sociais; em 2013 o curso de Educação do Campo; em 2015 o curso de Educação Física; em 2017 foi criado o curso de Direito, o qual ainda não foi implantado devido à falta de códigos de vagas para docentes. O Plano de Expansão (2012-2022) do Campus, traz uma previsão para a entrada de mais oito cursos, nas áreas acadêmicas e tecnológicas. Outro avanço importante foi a construção de uma nova unidade, a qual abriga uma grande e moderna biblioteca, salas administrativas, salas de aula e laboratórios.

O CURSO DE PEDAGOGIA E A MEMÓRIA DA FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O curso de Pedagogia do Campus de Tocantinópolis passou a ser implementado a partir de março de 1991. Seguindo as Diretrizes Curriculares que regimentavam o curso naquela década, a Lei 5.692/71, o curso era ofertado em regime regular anual e neste primeiro ano entrou uma única turma de 40 alunos, no período noturno. O curso destinava-se a formar professores de nível superior com Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação para atuar na docência da primeira fase do primeiro grau (Anos iniciais do Ensino Fundamental) e

nas disciplinas pedagógicas do curso de Magistério de nível médio (Ensino médio). Esse formato vigorou até o ano de 1998, com a entrada da última turma do formato em vigor. Dois anos depois da aprovação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9.394/1996) que aponta novos rumos para o curso de Pedagogia.

O curso iniciou suas atividades com uma estrutura curricular de 3.680 horas que, após revisões e adequações para atendimento à legislação da época, se firmou com 2.280 horas. O quadro docente, no início do funcionamento do Campus de Tocantinópolis, era formado por professores universitários com formação em cursos de graduação e/ou pós-graduação *latu sensu*.

As duas primeiras turmas (1991 e 1992) ingressaram no curso através de um processo seletivo que analisava as médias adquiridas pelo aluno durante o 2° Grau (ensino médio). Nesse período previa um curso de Licenciatura plena em Pedagogia, ofertada em regime seriado anual de quatro anos mínimos, para formar professores habilitados ao exercício do magistério no ensino de 1º grau (Anos Iniciais do Ensino Fundamental) e nas disciplinas pedagógicas do magistério de 2º grau (Ensino Médio).

A partir do ano de 1993, as turmas eram selecionadas via concurso vestibular, modelo que prevaleceu até o ano de 2015, quando a UFT optou pelo Sistema de Seleção Unificada (SISU)[5], proposto pelo MEC.

O Estágio Supervisionado desse curso de Pedagogia, conforme Ferreira (2005), era orientado por uma proposta para o Estágio Supervisionado de Prática de Ensino do 1º e 2º graus. As atividades de um dos estágios compreendiam 216 horas distribuídas em quatro etapas ou períodos: 1) Período de planejamento e coleta de dados; 2) Período de aulas teóricas da disciplina Prática de Ensino de 1º Grau ministradas pela professora da disciplina em sala de aula na Universidade; 3) Período de Prática Docente, regência em sala de aula da escola-campo e 4) Período de Atividade com Projetos/Extensão/Eventos. Esta última etapa se dava a qualquer momento do ano.

Em 1998 encerrou a oferta do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia em regime seriado anual, antigo modelo que tinha sido elaborado conjuntamente com a Universidade Federal do Goiás. Passando, assim, no ano seguinte, para modelos de entrada semestral. Esse novo formato, amparado pelas Novas Diretrizes Curriculares para o Curso de Pedagogia,

[5] O Sistema de Seleção Unificada (Sisu) é o sistema informatizado, gerenciado pelo Ministério da Educação (MEC), pelo qual instituições públicas de educação superior oferecem vagas a candidatos participantes do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Disponível em: http://sisu.mec.gov.br/tire-suas-duvidas#conhecendo Acesso em: 12/01/2018

trouxe implicações e mudanças tanto na forma de entrada e de saída dos alunos. A partir da oferta semestral, no ano de 1999 os alunos passaram a ter a liberdade de matricular-se em disciplinas ofertadas em outras turmas que não aquela com a qual entrou, o que levou a não mais caracterização de turma/ano de formados, mas somente em turmas de formatura.

Conforme pode-se observar, pelas fotografias, parece que marco muito importante que deve ser ressaltado, do curso de Pedagogia Anual, era a realização de um Seminário no final do Estágio. Era um momento muito rico para os alunos concluintes e para os demais que ainda iriam fazer o Estágio. Neste Seminário os alunos apresentavam seus Relatórios de conclusão e traziam discussões a respeitos de temas e/ou questões que observaram e trabalharam na escola campo durante o Estágio.

Somente no ano de 2001 formou-se a última turma do Curso de Pedagogia com estrutura curricular anual e que habilitava para o Magistério nos Anos Iniciais do Primeiro Graus e nas Disciplinas Pedagógicas do Magistério do nível Médio. Esse modelo de Pedagogia formou 11 turmas.

No ano 2000 o CEFOPE de Tocantinópolis não abriu turmas para o curso de Pedagogia, pois este passava por uma certa indefinição a partir das Novas Diretrizes Nacionais. Foi um ano em que o Campus e, consequentemente o curso, enfrentou grandes desafios na luta pela permanência do Campus. Embora vencida essa batalha, passaram a lutar por uma universidade pública e gratuita, de fato, sem a cobrança de mensalidades, e pela federalização do sistema. Tudo isso desencadeou a luta pela criação da Universidade Federal.

A turma de Normal Superior que entrou em 2000 tinha a habilitação em Magistério da Educação Infantil. Era algo novo e que trazia certa resistência. Segundo Locatelli

> [...] a criação do Curso Normal Superior está relacionada às mudanças provocadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (nº 9394/96), que obrigava a formação, em nível superior, de professores não habilitados, que atuavam na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental até o ano de 2007. No entanto, o Curso Normal Superior não resistiu por muito tempo, teve seu encerramento, determinado em 2004. (LOCATELLI et. al., 2011, p. 65).

No segundo semestre do ano de 2001 houve a entrada de duas turmas: Uma de Normal Superior com habilitação para a docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e a outra de Pedagogia com habilitação em Administração Educacional. As mudanças no setor educativo, as discussões específicas acerca da formação dos profissionais da educação e as demandas do mercado de trabalho na área educacional impulsionaram acirradas discussões

sobre a natureza desses cursos: Um formava só para a docência e o outro formava professor pesquisar e administrador.

Sobre isso fecundou muitas discussões e, também, literatura que enfatizava a habilitação do professor pesquisador. Lopes (2011) adverte que:

> A verdade é que o curso de Pedagogia, com habilitação em Administração Educacional, não atendia aos requisitos para a ocupação de cargos e funções em concursos para a área da educação no Estado do Tocantins, sendo que, uma Instrução Normativa da Secretaria Estadual de Educação nº 018 de 10/12/2003, assegurava que para assumir cargos administrativos, o candidato deve: "*possuir, no mínimo dois anos de experiência em docência*" (LOPES, 2011, p. 02).

Da mesma forma, o Curso de Normal Superior, vinha sofrendo, cada vez mais, um desgaste, devido às críticas advindas dos especialistas em educação por configurar uma dicotomia nos processos de formação, de modo que não mais foram ofertadas turmas de Normal Superior pelo CEFOPE de Tocantinópolis. Nos anos seguintes, 2002 e 2003, foram abertas apenas turmas do curso de Pedagogia, sob uma enxurrada de críticas aos dois cursos.

Final de 2004 concretizou-se o processo de fusão entre os dois cursos, decidindo-se pela migração dos alunos do Curso de Normal Superior para o curso de Pedagogia que passaria a oferecer as seguintes habilitações: 1) Pedagogia com habilitação em Administração Educacional e Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental; 2) Pedagogia com habilitação em Administração Educacional e Docência na Educação Infantil. Apesar destas mudanças o Estágio Supervisionado continuou a ser realizado da mesma forma dos anos anteriores.

O Estágio Supervisionado dos cursos de Pedagogia e Normal Superior parecia interessante, pelo que se pode entender, a partir da leitura de alguns relatórios. Pois oportunizava, ao aluno, a inserção na instância escolar desde o primeiro período, mas se organizava em dois momentos bem marcantes.

Em 2005 teve início às discussões sobre as Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Pedagogia e, juntamente com as discussões iniciou também a construção do Novo Projeto Pedagógico do Curso (PPC) para o curso de Pedagogia, cuja formação docente agora é ampliada. Isto é, forma-se o pedagogo, habilitado para atuar na educação infantil, nos anos iniciais do ensino fundamental, na gestão, em espaços escolares e não escolares. Outra questão importante, é que neste ano foram formados os últimos alunos dos cursos ofertados em Regime Especial.

O novo PPC aprovado e a entrada de turmas nessa nova configuração, deu um novo rumo ao curso de Pedagogia. Uma das mudanças bem significativas foi à quebra de pré-requisitos nas disciplinas, favorecendo com que um aluno pudesse desenhar seu currículo, ou seja, um aluno do primeiro período pudesse matricular-se em uma disciplina do sexto período e vice-versa. Tudo isso também favoreceu para que o aluno pudesse escolher quantas disciplinas cursaria em determinado semestre, de maneira que, os alunos que entravam em um semestre juntos, uns adiantariam, outros seguiam o curso normal das ofertas de disciplinas e outros ficariam para trás.

O Estágio Supervisionado também mudou. De acordo com o Manual de Estágio, anexo ao PPC (2007) do curso, o contato do aluno com a escola e o Estágio só começavam no quinto período ao cursar as disciplinas orientadoras: 1) Projeto de Estágio, no quinto período, com carga horaria de 60 horas; 2) Estágio em Educação Infantil, no sexto período, com carga horaria de 120 horas, em creches e pré-escolas; 3) Estágio nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, no sétimo período, com carga horaria de 120 horas divididas entre escolas de ensino fundamental, ensino médio, EJA e espaços não-escolares.

Para a construção do Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia), este novo PPC traz uma sequência didática organizada de forma disciplinar. Primeiro o acadêmico deve cursar a disciplina "Projeto de TCC" em seguida, já com um projeto, tema definido e um orientador, matricula-se nas disciplinas: Orientação de TCC I e, depois, em Orientação de TCC II, no nono período, momento em que deve defender a Monografia de conclusão de curso.

Além dos cursos regulares, o Campus ofereceu diversos outros cursos de formação de professores na modalidade modular, a partir de convênios com outros sistemas públicos. De 1998 a 2005 ofertou cursos de licenciatura em: letras, pedagogia, ciências biológicas, ciências físicas, matemática, história, geografia e Normal Superior, a partir de convênio celebrados com a Secretaria de Estado da Educação (SEDUC), com a UNDIME (União dos municípios do Bico do Papagaio) e através do Projeto Alvorada do governo federal.

A partir do ano de 2010 as atividades voltaram em sua quase normalidade. Projetos de pesquisa, extensão e cultura floresceram e ganharam visibilidade. Neste mesmo ano teve o início à oferta de turmas pelo Programa (Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica) PARFOR, o qual tem como objetivo oferecer qualificação aqueles profissionais que estão atuando fora da sua área ou que não tenham formação inicial. No Campus de Tocantinópolis foi aberto duas turmas de pedagogia onde os profissionais

ingressos são em sua maioria, atuam em sala de aula em cidades de toda a região do Bico do Papagaio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento do presente artigo se deu a partir da análise detalhada de diferentes objetos iconográficos e documentos, que representam a história do Campus de Tocantinópolis e do Curso de Pedagogia, considerando a sua trajetória de lutas pela existência e expansão, e as conquistas na formação de profissionais da educação na região do Bico do Papagaio.

As fotografias e documentos, assim como os outros objetos iconográficos, tais como: boletins informativos, panfletos, cadernos de registro, livros de ata, convites de formatura, fitas k7 e UHF, disquetes etc., foram fontes importantes para a aquisição das informações aqui contidas. Sabe-se que os ícones imagéticos não só registram, com precisão, como representam os fatos existentes no passado, só, precisando, portanto, que se estenda um olhar curioso e minucioso para transformar informações iconográficas em narrativas.

Realizar essa pesquisa não foi fácil, sobretudo, devido à grande quantidade de dados, também devido a necessidade de ter que selecionar e pela falta de narradores de alguns fatos. Assim, foi preciso deixar que as imagens e objetos falassem por si mesmo. Foi o tempo dedicado aos documentos e à leitura das imagens e objetos, tentando arrancar deles uma história, uma significância, que trouxe a percepção de que as fotografias, assim como os documentos, têm vida própria e são capazes e desvendar o passado; uma fotografia não é uma imagem parada no tempo, ela é a guardiã de um tempo, muito maior que um instante aprisionado.

Hoje pode-se dizer que o espaço lugar que abriga o Campus de Tocantinópolis tem uma história memorável de cinquenta anos cumprindo a sua missão de formar e qualificar professores e outros profissionais da educação. As narrativas que compõem a história deste lugar envolvem muitas pessoas que por passaram e deixaram suas marcas, e muitos ícones – objetos e imagens – representativos de um tempo, de um modelo, de uma história.

REFERÊNCIAS

ALENCAR, D. B. et. al. In: Encontro, 3., JUAZEIRO DO NORTE, CE. **A fotografia como fonte de informação: a História da cidade de Juazeiro do Norte Ceará.** Universidade Federal do Ceará Campus Cariri. Universitário da UFC no Cariri. Juazeiro do Norte-CE, 2011.Link.<https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:6Qs24jWYkqYJ:https:/

/encontros.ufca.edu.br/index.php/encontros-universitarios/eu-2011/paper/download/452/146+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br> Acesso: 20/12/2019.

ALVES, F. A. A fotojornalismo na construção do conhecimento histórico: a cobertura de Veja sobre a implantação do AI-5". In.: BONI, Paulo César (Org.). **Fotografia:** múltiplos olhares. Londrina: Midiograf, 2011.

ARAUJO, N. V. C. G. **A expansão da Educação Superior à distância no Tocantins no âmbito da parceria entre a Eadcon e a Unitins**. Originalmente apresentada como dissertação de Mestrado, NATAL, RN: UFRGN, 2017.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Lei número 9394**, 20 de dezembro de 1996.

_____, Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. **Resolução CNE/CES 10**, de 11 de março de 2002. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/reso10.pdf> Acesso em: 15 de Maio. 2017.

_____, Conselho Nacional de Educação Conselho Pleno Resolução. **CNE/CP Nº 1**, de 15 de Maio de 2006 Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf> Acesso em: 30 de Maio. 2017.

_____, Legislação, Lei nº 136, de 21 de fevereiro de 1990. **Publicado no Diário Oficial nº 34.** Disponível em: <www.al.to.leg.br/arquivo/6396> Acesso em: 25 Fev. 2017.

_____, Lei nº 326, de 24 de outubro de 1991. **Publicado no Diário da Assembleia nº 223.** Disponível em: <www.al.to.leg.br/arquivo/6584> Acesso em: 25 Fev. 2017.

_____, Lei nº 874, de 06 de dezembro de 1996. **Publicado no Diário Oficial nº 567** Disponível em: <www.unitins.br/portal/legislacao/7131_Le874_96.pdf> Acesso em: 25 Fev. 2017.

_____**,** Lei nº 896, de 28 de fevereiro de 1997. **Publicado do Diário Oficial nº 586.** Disponível em: <www.al.to.leg.br/arquivo/7152> Acesso: 01 Março. 2017.

_____, Lei nº 1042, de 26 de janeiro de 1999. **Publicado no Diário Oficial nº 766.** Disponível em: <http://www.al.to.leg.br/arquivo/7294> Acesso em: 03 Março. 2017.

_____, Lei nº 1.126, de 1º de fevereiro de 2000. **Publicado no Diário Oficial nº 885.** Disponível em: <http://www.al.to.leg.br/arquivo/7373> Acesso em: 05 de Março. 2017.

_____, Decreto nº 4.279, de 21 de junho de 2002. **Planalto Presidência da República.** Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/D4279> Acesso em: 05 de Abril. 2017.

BONI, P. C; FERREIRA, J. M. *A representação fotográfica dos outros: múltiplas possibilidades de construção e de leituras*. In.: BONI, Paulo César (Org.). **Fotografia:** múltiplos olhares. Londrina: Midiograf, 2011.

BONI, C. P.; PINHEIRO L. B. *A importância da imagem na recuperação história dos desfiles de aniversário de Santa Mercedes* (SP). In.: BONI, Paulo César (Org.). **Fotografia:** múltiplos olhares. Londrina: Midiograf, 2011.

CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: Editora Unesp, 1999.

CUNHA, Maria Isabel. **O Bom Professor e sua Prática**. 3ª ed. Campinas, SP: 1995.

FERREIRA, Simone. **A Trajetória dos Estágios nos Cursos de Pedagogia oferecidos no Campus de Tocantinópolis 1994 a 2002.** Originalmente apresentada como Monografia de Graduação, Universidade Federal do Tocantins, 2005.

GAZETA DA UNITINS, **Universidade do Tocantins**, Informativo do Campus de Tocantinópolis, Nº 05, 1999.

GOMES, J, et al. História e Memória no contexto de Federalização UNITINS/UFT: a luta por uma Instituição Pública e Gratuita no Norte do Tocantins. **Revista Outras Fronteiras**, Cuiabá-MT, vol. 3, n. 1, jan/jun., 2016 ISSN: 2318 – 5503.

HOFFMANN, M. L. *A fotografia aliada à história oral para a recuperação e preservação da memória*. In.: BONI, Paulo César (Org.). **Fotografia:** múltiplos olhares. Londrina: Midiograf, 2011.

HOUAISS, A. VILLAR, M. S. **Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa.** Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

KOSSOY, B. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** 2.ed. São Paulo: Ateliê Editorial, 2005.

LOCATELLI, A. S. et al. **O Curso de Pedagogia no Norte do Tocantins:** história, memória e reflexões. Goiânia: PUC Goiás, 2011.

LOPES, F. R., **A memória da formação de professores do Campus de Tocantinópolis através da iconografia.** Projeto de Pesquisa Permanência, Universidade Federal do Tocantins, 2012.

LOPES, P. P. A função social, cultural e artística da imagem fotográfica. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.23, n.1, p. 303-321, jan./jun.2015 Disponível em: http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index

PADOVAN, R. Memória e formação docente: indícios e registros da identidade educacional na região do Bico do Papagaio. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 20, p. 45 - 51, dez. 2005.

PRATA, G. **A História dos Ícones**. Disponível em: http://www.sergioprata.com.br/port/historia.html Acesso em: 11/12/2019.

PRETY, Gilmar. História da Iconografia. 2012. Disponível em: http://www.artesacra.art.br/index.php?pagina=historia_da_iconografia.php

Acesso:10/12/2019.

PRZYBLYSKI, J. M. *Imagens (co)moventes: Fotografia, narrativa e a Comuna de Paris de 1871*. In**:** CHARNEY Leo e SCHWARTZ, Vanessa R. (org)**. O cinema e a invenção da vida moderna.** 2ª ed. revisada. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS. **Projeto Pedagógico de Curso de Pedagogia,** PALMAS, 2010.

UNITINS NOTÍCIAS, **Universidade do Tocantins**, Informativo do Campus de Tocantinópolis, 1999.

SANTOS, A. R. **Metodologia Cientifica, a construção do conhecimento.** Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

UFT- **Projeto Pedagógico do Curso de Pedagogia.** Campus de Tocantinópolis. 2007
Sinônimo de Iconografia: Disponível em: https://www.sinonimos.com.br/iconografia/ Acesso em: 09/12/2019